



CANELA - RS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO GRANDE
DO SUL**

**PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO COM
HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

CONCURSO PÚBLICO 01/2026

**CÓD: OP-220JL-26
7908403599691**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos de diferentes gêneros e tipologias.....	9
2. Identificação de tema, tese, argumentos, pressupostos, subentendidos e informações implícitas.....	9
3. Relações intertextuais e interdiscursivas.....	15
4. Coesão, coerência, progressão temática e referencialidade.....	19
5. Mecanismos de argumentação e efeitos de sentido.....	20
6. Semântica e significação contextual; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, ambiguidade, denotação e conotação.....	21
7. Figuras de linguagem.....	21
8. Funções da linguagem.....	22
9. Variação linguística e adequação comunicativa.....	25
10. Ortografia oficial.....	27
11. Acentuação gráfica.....	27
12. Classes de palavras e seus empregos morfosintáticos.....	29
13. Estrutura e formação de palavras.....	36
14. Flexão nominal e verbal; tempos, modos, vozes e correlação verbal.....	37
15. Termos da oração; período composto por coordenação e subordinação.....	40
16. Relações sintáticas, semânticas e lógico-discursivas.....	44
17. Concordância nominal e verbal.....	48
18. Regência nominal e verbal.....	50
19. Emprego da crase.....	51
20. Colocação pronominal.....	51
21. Pontuação e seus efeitos de sentido.....	53
22. Discurso direto, indireto e indireto livre.....	54
23. Reescrita, transformação e equivalência de estruturas; Paralelismo sintático e semântico; correção gramatical.....	56
24. Adequação vocabular.....	57
25. Redação oficial; conforme o manual de redação da presidência da república.....	58

Didática

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação.....	75
2. Teorias da aprendizagem.....	81
3. Tendências pedagógicas.....	86
4. Concepções de ensino, aprendizagem, currículo e avaliação.....	87
5. Função social da escola e papel do professor.....	91
6. Organização do trabalho pedagógico . planejamento educacional, curricular e de ensino.....	95
7. Projeto Político-Pedagógico.....	99
8. Planos de ensino e de aula; definição de objetivos, competências e habilidades; seleção e organização de conteúdos; metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos.....	101
9. Metodologias ativas e práticas interdisciplinares.....	105
10. Relação entre teoria e prática.....	109
11. Mediação pedagógica e relação professor-aluno; gestão da sala de aula.....	113

ÍNDICE

12. Diversidade, inclusão, equidade e educação especial na perspectiva inclusiva; adaptações e acessibilidade curricular....	117
13. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos, critérios e recuperação da aprendizagem.....	120
14. Tecnologias digitais aplicadas à educação	125
15. Educação integral.....	129
16. Interdisciplinaridade, transversalidade e contextualização	130
17. Alfabetização e letramento	134
18. Formação inicial e continuada de professores; práticas reflexivas e saberes docentes.....	135
19. Legislação e políticas educacionais brasileiras.....	139
20. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	143
21. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996	190
22. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990.....	209
23. Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014.....	249
24. Ética, cidadania, direitos humanos e convivência democrática no ambiente escolar	264

Conhecimentos Específicos

Profissional do Magistério com Habilitação em Língua Portuguesa

1. Fundamentos históricos, sociais, culturais, linguísticos e pedagógicos do ensino de Língua Portuguesa	273
2. Língua Portuguesa na educação básica e sua contribuição para a formação leitora, escritora, comunicativa, crítica e cidadã dos estudantes	276
3. Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o componente curricular Língua Portuguesa; competências e habilidades relacionadas ao ensino de Língua Portuguesa; concepções de língua, linguagem, fala, escrita, texto, discurso, interação, variação linguística e norma-padrão; metodologias do ensino de Língua Portuguesa.....	280
4. Planejamento, organização e avaliação de práticas pedagógicas em Língua Portuguesa.....	327
5. Leitura, compreensão, interpretação, análise e produção de textos verbais, não verbais, multimodais e digitais; estratégias de leitura: inferência, antecipação, localização de informações, identificação de tema, tese, argumentos, finalidade, interlocutores e efeitos de sentido	330
6. Gêneros textuais e discursivos orais, escritos, digitais e multissemióticos; tipologias textuais: narração, descrição, dissertação, exposição, injunção e argumentação; produção textual: planejamento, textualização, revisão, reescrita, coesão, coerência, progressão temática, adequação linguística e intencionalidade comunicativa; oralidade, escuta, argumentação, debate, seminário, exposição oral, entrevista, roda de conversa e práticas de interação verbal; análise linguística e semiótica no ensino de Língua Portuguesa.....	333
7. Gramática contextualizada e reflexão sobre o uso da língua; fonologia, ortografia, acentuação gráfica, pontuação e emprego das letras; morfologia: estrutura e formação de palavras, classes gramaticais e flexões nominais e verbais; sintaxe: termos da oração, período simples, período composto, coordenação, subordinação, concordância, regência, colocação pronominal e crase; semântica: sinonímia, antonímia, polissemia, ambiguidade, pressupostos, subentendidos, denotação, conotação e relações de sentido; estilística, figuras de linguagem, recursos expressivos e efeitos de sentido; coesão referencial, sequencial, lexical e articuladores textuais; coerência textual, intertextualidade, interdiscursividade, paráfrase, citação, alusão e paródia; variação linguística, preconceito linguístico, adequação comunicativa, registros de linguagem e diversidade sociocultural; norma culta, norma-padrão, usos formais e informais da língua	338
8. Literatura brasileira, portuguesa, africana de língua portuguesa, indígena, afro-brasileira, regional e contemporânea; gêneros literários: lírico, épico, narrativo, dramático e suas formas; escolas literárias, movimentos estéticos, autores, obras e contextos históricos da literatura	338
9. Leitura literária, fruição, formação do leitor, mediação de leitura e práticas de letramento literário.....	342
10. Literatura infantojuvenil e sua utilização pedagógica; alfabetização, letramento, multiletramentos e práticas sociais de leitura e escrita	345

ÍNDICE

11. Cultura digital, mídias, hipertextos, gêneros digitais e tecnologias educacionais no ensino de Língua Portuguesa; análise crítica de informações, fake news, publicidade, propaganda, discursos midiáticos e argumentação nas redes sociais.....	349
12. Interdisciplinaridade entre Língua Portuguesa e demais áreas do conhecimento; educação inclusiva, acessibilidade e diversidade no ensino de Língua Portuguesa	353
13. Adaptação de práticas pedagógicas para estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e necessidades educacionais específicas	357
14. Avaliação da aprendizagem em Língua Portuguesa: instrumentos, critérios, registros, rubricas, produção textual, leitura, oralidade e participação	361
15. Elaboração de planos de aula, sequências didáticas, projetos de leitura, escrita, oralidade e literatura; gestão de sala de aula, motivação, participação, mediação de conflitos e acompanhamento da aprendizagem	364
16. Ética profissional, responsabilidade docente, trabalho em equipe e relação entre escola, família e comunidade.....	366
17. Legislação educacional aplicada à educação básica, à educação inclusiva, à leitura, à literatura e ao ensino de Língua Portuguesa	369

Conteúdo Digital Legislação

1. Lei Orgânica Municipal; Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	3
2. Regime Jurídico Único dos Servidores	10
3. Estrutura Administrativa do Município de Canela	35
4. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Canela	42
5. Plano Municipal de Educação de Canela	48
6. Lei Federal nº 14.640/2023 (Tempo Integral)	48
7. Lei Municipal nº 1.702/1999 (Sistema Municipal de Educação de Canela)	51
8. Lei Municipal nº 4.856/2024 (Diretrizes da Escola em Tempo Integral)	56
9. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990)	58
10. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs)	99
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996).....	99
12. Constituição Federal de 1988 (Artigos 205 a 214)	119
13. Base Nacional Comum Curricular (BNCC); LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	122
14. Leis Complementares nº 26 (Magistério) e 27/2012 (Maestro e Monitor)	141
15. Lei Complementar nº 25/2012 (Regime Jurídico)	141
16. Decretos Municipais nº 7.207/2015 (Estágio Probatório) e nº 10.662/2025 (Registro de Ponto).....	164

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- **Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto:** dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- **Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam compreensão do texto aparecem com as seguintes expressões:** o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam interpretação do texto aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

IDENTIFICAÇÃO DE TEMA, TESE, ARGUMENTOS, PRESSUPOSTOS, SUBENTENDIDOS E INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS

MENSAGENS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS

Na comunicação verbal e escrita, as mensagens podem ser transmitidas de forma explícita, quando a informação está claramente apresentada, ou de forma implícita, quando o entendimento depende da interpretação do leitor ou ouvinte.

Essa distinção é essencial para a análise de textos e discursos, especialmente em provas de concursos públicos e exames que exigem compreensão detalhada do conteúdo.

► O Que São Mensagens Explícitas

As mensagens explícitas são aquelas em que a informação está claramente expressa no texto, sem necessidade de dedução ou interpretação subjetiva. Elas transmitem um conteúdo direto e objetivo, permitindo ao leitor compreender o significado sem esforço adicional.

Exemplo de mensagem explícita:

Frase: O trânsito está congestionado devido ao excesso de veículos na avenida.

Análise: A informação é clara e objetiva. O trânsito está congestionado, e a causa é o excesso de veículos.

As mensagens explícitas são comuns em textos informativos, como notícias, artigos científicos e comunicados oficiais, nos quais a precisão das informações é essencial.

► O Que São Mensagens Implícitas

As mensagens implícitas exigem que o leitor faça inferências a partir do contexto e do conhecimento prévio. Essas mensagens podem estar disfarçadas por meio de figuras de linguagem, ironia, metáforas ou omissões estratégicas.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: Se eu fosse você, não sairia agora.

Análise: O enunciado não afirma diretamente que há trânsito ou perigo, mas sugere que há algum problema para sair naquele momento.

A interpretação de mensagens implícitas depende de elementos como:

- Contexto do discurso, ou seja, quem fala, para quem e em que situação

AMOSTRA

- Conhecimento de mundo, que envolve informações culturais, sociais e históricas compartilhadas entre emissor e receptor
- Uso de recursos linguísticos, como ironia, metáfora e eufemismo

Diferença Entre Implícito e Subentendido:

Embora as mensagens implícitas e subentendidas sejam frequentemente confundidas, há uma diferença sutil entre elas.

- **Mensagem implícita:** Está no discurso, mas exige inferência para ser compreendida. O emissor insere pistas no texto para que o leitor chegue à conclusão.
- **Mensagem subentendida:** Não está necessariamente no texto, mas pode ser deduzida a partir do contexto geral.

Exemplo de mensagem implícita:

Frase: *Este restaurante nunca tem fila.*

Análise: *Pode indicar que o restaurante não é popular ou que o serviço é rápido.*

Exemplo de mensagem subentendida:

Frase: *Gostei muito do presente. (Dito com expressão de desagrado)*

Análise: *Embora as palavras afirmem satisfação, a expressão facial sugere o contrário.*

Estratégias para Identificar Mensagens Implícitas:

Para compreender mensagens implícitas em textos e discursos, algumas estratégias podem ser utilizadas:

- Prestar atenção ao contexto e ao objetivo da fala ou do texto
- Observar a escolha das palavras e verificar possíveis ambiguidades ou indiretas
- Considerar o tom do discurso, especialmente quando há ironia ou sarcasmo
- Analisar elementos não verbais em textos multimodais, como imagens em charges e propagandas, que podem sugerir significados além do que está escrito

► Exemplos em Diferentes Gêneros Textuais

Em uma notícia:

- **Explícito:** O governo anunciou um novo programa de habitação popular.
- **Implícito:** O governo tenta melhorar sua imagem com novas políticas sociais. (Sugere que há uma intenção política por trás da ação).

Em uma propaganda:

- **Explícito:** Este creme hidrata sua pele por 24 horas.
- **Implícito:** Se você não usar este creme, sua pele pode ficar ressecada. (Sugere que o uso do produto é necessário).

Em uma charge:

- **Explícito:** O desenho mostra um homem carregando várias sacolas de compras.
- **Implícito:** A expressão cansada do personagem pode sugerir que o consumo excessivo gera desgaste físico e financeiro.

TEMA E ASSUNTO DO TEXTO

Tema e assunto são conceitos próximos, mas não idênticos. Compreender essa diferença ajuda muito na interpretação textual. O assunto é o campo geral de que o texto trata. O tema é o recorte específico, a abordagem ou o enfoque dado a esse assunto. Em outras palavras, o assunto é mais amplo; o tema é mais delimitado.

Por exemplo, um texto pode ter como assunto “tecnologia”. Esse assunto é amplo. O tema pode ser “os impactos do uso excessivo de celulares na infância”. Outro texto pode ter o mesmo assunto, tecnologia, mas tratar do tema “a importância da inclusão digital para idosos”. O assunto permanece geral; o tema muda conforme o enfoque.

Identificar o assunto é geralmente mais simples. Basta perguntar: sobre o que o texto fala? A resposta costuma ser uma palavra ou expressão ampla, como educação, saúde, meio ambiente, violência, leitura, trabalho, alimentação, infância, transporte ou cultura.

Identificar o tema exige maior precisão. A pergunta adequada é: o que o texto diz especificamente sobre esse assunto? Qual aspecto foi escolhido? Qual recorte o autor desenvolve? O tema costuma aparecer como uma frase mais completa, indicando a abordagem central.

Em textos curtos, como tirinhas, charges e poemas, o tema pode ser percebido pela relação entre linguagem verbal e não verbal, humor, crítica ou situação apresentada. Em textos longos, o tema costuma ser construído ao longo dos parágrafos, especialmente pela repetição de ideias e pelo desenvolvimento do raciocínio.

O título pode ajudar na identificação do tema, mas nem sempre resolve sozinho. Alguns títulos são diretos e indicam claramente o recorte. Outros são metafóricos, irônicos ou vagos. Por isso, é necessário ler o texto inteiro antes de definir o tema.

As palavras-chave também ajudam. Termos repetidos ou relacionados ao mesmo campo semântico indicam o assunto e ajudam a delimitar o tema. Se um texto repete palavras como “leitura”, “crianças”, “formação”, “imaginação” e “escola”, provavelmente trata da importância da leitura na infância ou na educação.

A introdução e a conclusão costumam trazer pistas importantes. Em textos argumentativos e expositivos, o primeiro parágrafo muitas vezes apresenta o tema, enquanto o último retoma ou reforça a ideia principal. No entanto, nem todos os textos seguem essa organização de forma explícita.

É importante não confundir tema com opinião do autor. O tema é aquilo que está sendo tratado; a opinião é o que o autor pensa sobre isso. Por exemplo, em um texto cujo tema é “o uso de uniformes escolares”, a tese pode ser “o uniforme contribui para a igualdade entre estudantes” ou “o uniforme limita a expressão individual”. O tema é o recorte; a tese é a posição.

DIDÁTICA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIOLÓGICOS E PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações, experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

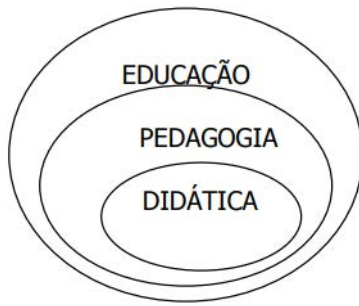
A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>

AMOSTRA



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera da aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinação da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS, CULTURAIS, LINGÜÍSTICOS E PEDAGÓGICOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

► A formação histórica da língua portuguesa

A língua portuguesa resultou de um longo processo de transformação histórica. Sua origem está ligada ao latim vulgar, modalidade falada do latim utilizada pelas populações do Império Romano. Com a expansão romana pela Península Ibérica, essa variedade linguística entrou em contato com línguas locais e, ao longo dos séculos, sofreu mudanças fonéticas, morfológicas, sintáticas e lexicais. Esse processo contribuiu para o surgimento das línguas românicas, entre elas o português.

A consolidação do português ocorreu gradualmente durante a formação do Reino de Portugal. Inicialmente, a língua conviveu com o galego-português, utilizado tanto em situações cotidianas quanto na produção literária medieval. Com o fortalecimento político do território português, a língua passou a adquirir maior autonomia e prestígio, tornando-se instrumento da administração, da cultura escrita e da organização do Estado.

A expansão marítima portuguesa ampliou significativamente o contato do idioma com diferentes povos. Em regiões da África, da Ásia e da América, o português passou a incorporar palavras, construções e formas de expressão provenientes de outras línguas. Assim, sua história não pode ser compreendida como um percurso linear ou isolado, mas como resultado de constantes relações culturais e sociais.

► A constituição do português brasileiro

O português falado no Brasil formou-se por meio do contato entre diferentes grupos linguísticos. A língua trazida pelos colonizadores portugueses encontrou centenas de línguas indígenas, além de línguas africanas trazidas pelas populações escravizadas. Posteriormente, movimentos migratórios também contribuíram para ampliar a diversidade linguística existente no país.

Durante o período colonial, o português não foi a única língua utilizada. Em diversas regiões, línguas indígenas e línguas gerais cumpriram importante função de comunicação. Com o fortalecimento da administração colonial, porém, o português passou a ser imposto como língua oficial e como instrumento de controle político e cultural.

A formação do português brasileiro ocorreu, portanto, em um contexto de contato, conflito e intercâmbio entre povos. Esse processo deixou marcas perceptíveis na pronúncia, no vocabulário, na sintaxe e nos usos cotidianos da língua. Palavras de origem

indígena e africana, por exemplo, integram amplamente o português brasileiro e revelam aspectos da história social e cultural do país.

É importante compreender que o português brasileiro não constitui uma forma inferior ou deformada do português europeu. Trata-se de uma variedade histórica legítima, desenvolvida em condições próprias e marcada pela diversidade regional, social e cultural. Essa compreensão é essencial para superar visões preconceituosas sobre os usos linguísticos dos falantes.

► A trajetória do ensino de Língua Portuguesa no Brasil

Durante grande parte da história da educação brasileira, o ensino de Língua Portuguesa esteve associado à memorização de regras gramaticais, à leitura de textos considerados modelos e à reprodução de formas linguísticas prestigiadas. A escola valorizava principalmente a tradição escrita e a norma-padrão, muitas vezes desconsiderando a diversidade real da língua.

Nos primeiros períodos da escolarização, o ensino da língua esteve ligado à alfabetização, à catequese e à transmissão de valores religiosos e morais. Posteriormente, com a expansão do ensino formal, a disciplina passou a concentrar-se no estudo da gramática, da retórica e da literatura. O objetivo principal era formar indivíduos capazes de reconhecer e reproduzir modelos considerados corretos.

Essa perspectiva permaneceu por muito tempo nas práticas escolares. O estudante era frequentemente conduzido a identificar classes gramaticais, analisar frases isoladas e decorar nomenclaturas. Embora esses conhecimentos possam contribuir para a compreensão da língua, seu ensino descontextualizado limitava a participação ativa do aluno e dificultava a relação entre os conteúdos escolares e as situações concretas de comunicação.

Ao longo do século XX, estudos linguísticos e pedagógicos começaram a questionar essa abordagem. A língua passou a ser compreendida não apenas como um conjunto de regras, mas como uma atividade social, histórica e interativa. Com isso, leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística ganharam maior relevância no ensino.

► Da tradição gramatical às práticas de linguagem

A passagem de um ensino centrado exclusivamente na gramática para uma abordagem voltada às práticas de linguagem representou uma mudança importante. O texto passou a ocupar posição central, pois é por meio dele que os sujeitos comunicam ideias, expressam opiniões, constroem conhecimentos e participam da vida social.

Essa transformação não significa abandonar o ensino gramatical. Significa integrar a reflexão sobre a língua às situações reais de leitura, escrita e oralidade. Em vez de estudar regras de forma isolada, o aluno pode compreender como determinados recursos linguísticos produzem sentidos em diferentes textos e contextos.



AMOSTRA

A leitura passou a ser entendida como atividade de construção de sentidos, e não como simples decodificação. A escrita começou a ser vista como processo que envolve planejamento, elaboração, revisão e reescrita. A oralidade também ganhou espaço, reconhecendo-se que falar e ouvir são práticas que exigem conhecimentos específicos e adequação às situações comunicativas.

► Permanências e transformações históricas

Apesar das mudanças teóricas, práticas tradicionais ainda permanecem em muitos contextos educacionais. Exercícios mecânicos, cópias, classificações e correções baseadas apenas na norma-padrão continuam presentes. Isso demonstra que as transformações no ensino não ocorrem de maneira imediata, pois dependem da formação docente, dos materiais didáticos, das condições escolares e das concepções de língua adotadas.

Ao mesmo tempo, houve avanços importantes. A diversidade de linguística passou a receber maior atenção, e os diferentes usos da língua começaram a ser compreendidos como manifestações legítimas de grupos sociais e culturais. O ensino de Língua Portuguesa passou a buscar não somente o domínio de normas, mas também o desenvolvimento da capacidade de interpretar, argumentar, produzir textos e participar de diferentes situações de comunicação.

A história do ensino de Língua Portuguesa revela, portanto, uma tensão entre conservação e mudança. De um lado, permanece a valorização de modelos tradicionais; de outro, cresce a compreensão da língua como prática viva, dinâmica e socialmente situada. Conhecer esse percurso histórico permite avaliar criticamente as práticas pedagógicas atuais e construir formas de ensino mais significativas, inclusivas e coerentes com a realidade dos estudantes.

FUNDAMENTOS SOCIAIS, CULTURAIS E LINGÜÍSTICOS

► A língua como fenômeno social e cultural

A língua não é apenas um conjunto de palavras e regras gramaticais. Ela constitui uma prática social por meio da qual os indivíduos interagem, constroem conhecimentos, expressam valores, compartilham experiências e participam da vida coletiva. Todo uso linguístico ocorre em determinado contexto histórico e social, envolvendo interlocutores, objetivos, situações comunicativas e formas específicas de organização do discurso.

Ao falar, escrever, ler ou ouvir, o sujeito mobiliza conhecimentos linguísticos e culturais. A escolha de palavras, o grau de formalidade, a organização das frases e o modo de apresentar uma ideia variam de acordo com a situação. Uma conversa entre familiares, uma exposição escolar, uma notícia e um documento oficial, por exemplo, exigem formas diferentes de utilização da língua.

A linguagem também participa da construção das identidades individuais e coletivas. Os modos de falar podem indicar vínculos regionais, familiares, profissionais, geracionais e culturais. Por essa razão, estudar Língua Portuguesa significa compreender não apenas sua estrutura, mas também os sentidos sociais produzidos por seus diferentes usos.

O ensino deve reconhecer que a língua está em constante transformação. Mudanças históricas, contatos entre povos, novas tecnologias e alterações nos hábitos sociais contribuem para

o surgimento de palavras, expressões e formas de comunicação. Desse modo, a língua deve ser compreendida como uma realidade dinâmica, e não como um sistema imutável.

► Diversidade e variação linguística

Toda língua apresenta variações. Os falantes não utilizam o português exatamente da mesma maneira, pois seus usos são influenciados pela região, pela idade, pelo grupo social, pelo nível de escolarização, pela profissão e pela situação comunicativa. Essas diferenças são chamadas de variações linguísticas e fazem parte do funcionamento natural das línguas.

A variação regional pode ser percebida na pronúncia, no vocabulário e em determinadas construções utilizadas em diferentes partes do país. A variação social relaciona-se aos grupos aos quais os falantes pertencem. A variação histórica evidencia as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Já a variação situacional corresponde à adequação da linguagem às circunstâncias de comunicação.

Reconhecer a diversidade linguística não significa afirmar que todas as formas de expressão são adequadas em qualquer situação. O falante competente é aquele que consegue selecionar os recursos linguísticos mais apropriados ao contexto, ao interlocutor e à finalidade do texto. Em uma situação formal, por exemplo, determinadas escolhas podem ser mais adequadas do que aquelas utilizadas em uma conversa espontânea.

O papel da escola é ampliar o repertório linguístico do estudante. Isso envolve valorizar os conhecimentos que ele já possui e, ao mesmo tempo, proporcionar acesso às variedades exigidas em contextos formais de leitura, escrita e oralidade. O ensino não deve eliminar a maneira de falar do aluno, mas oferecer novas possibilidades de expressão.

► Norma-padrão, variedades linguísticas e adequação comunicativa

A norma-padrão corresponde a um modelo linguístico utilizado como referência em situações formais, especialmente na escrita. Ela possui importância social porque favorece certa unidade em documentos, textos acadêmicos, materiais informativos e comunicações institucionais. Entretanto, não representa a totalidade da língua nem deve ser confundida com a única forma legítima de expressão.

As variedades linguísticas utilizadas cotidianamente possuem regras próprias e permitem a comunicação eficiente entre os falantes. Por isso, não devem ser classificadas simplesmente como erradas. Em muitos casos, o julgamento negativo de determinadas formas de falar está relacionado ao menor prestígio social atribuído aos grupos que as utilizam.

No ensino de Língua Portuguesa, é necessário trabalhar a norma-padrão de maneira contextualizada. Em vez de apresentar regras isoladas, o professor pode demonstrar como determinadas escolhas linguísticas contribuem para a clareza, a precisão e a adequação de um texto. Essa abordagem permite que o estudante compreenda a função dos conhecimentos gramaticais e os aplique de modo consciente.

A noção de adequação comunicativa é fundamental. Uma forma linguística pode ser adequada em uma conversa informal e inadequada em um requerimento oficial. A avaliação do uso